

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL: Investigando os Efeitos na Formação de Cidadãos Globais

Autor Eder Baiaroski Lopes

eder.lopes@ufms.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo. A internacionalização da educação superior tornou-se um componente essencial das políticas educacionais e sociais, impactando diretamente a formação acadêmica e cidadã dos estudantes. Este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas que regem a internacionalização no Brasil, com foco em Mato Grosso do Sul, avaliando seus impactos, desafios e contradições em comparação com modelos nacionais e globais. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica de políticas públicas sociais e educacionais, bem como estudos teóricos sobre a internacionalização do ensino superior. Os resultados indicam que, embora a internacionalização amplie oportunidades acadêmicas, ela também reforça desigualdades estruturais, especialmente devido à financeirização do ensino e à predominância de parcerias com países centrais. O estudo evidencia que a falta de equidade no acesso à mobilidade acadêmica e à cooperação internacional limita a democratização do conhecimento e a formação de cidadãos globais. Como contribuição, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre o papel do Estado e das universidades na promoção de uma internacionalização inclusiva e acessível, alinhada às necessidades locais e nacionais.

Palavras-Chave. Internacionalização da Educação Superior, Políticas Educacionais, Cidadania Global.

Abstract. The internationalization of higher education has become an essential component of educational and social policies, directly impacting students' academic and civic formation. This study aims to analyze the public policies governing internationalization in Brazil, focusing on Mato Grosso do Sul, assessing its impacts, challenges, and contradictions compared to national and global models. Methodologically, the research is based on a bibliographic review of social and educational public policies, as well as theoretical studies on higher education internationalization. The results indicate that while internationalization expands academic opportunities, it also reinforces structural inequalities, especially due to the financialization of education and the predominance of partnerships with central countries. The study highlights that the lack of equity in access to academic mobility and international cooperation limits the democratization of knowledge and the formation of global citizens. As a contribution, the research proposes a critical

reflection on the role of the State and universities in promoting inclusive and accessible internationalization aligned with local and national needs.

Keywords. *Higher Education Internationalization, Educational Policies, Global Citizenship.*

1. Introdução

A internacionalização da educação superior tornou-se eixo central das políticas educacionais globais, impulsionada por dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Segundo a UNESCO (2015), envolve mobilidade acadêmica, parcerias institucionais e currículos voltados à formação de cidadãos globais. No Brasil, políticas públicas buscam ampliar a colaboração internacional, embora desafios como desigualdade social e má distribuição de recursos limitem sua efetividade.

Em Mato Grosso do Sul, o processo reflete diretrizes nacionais e globais, mas também particularidades regionais. A localização estratégica do estado, fronteira com países da América Latina, favorece cooperação regional e intercâmbio estudantil. A questão central deste estudo é: como as políticas de internacionalização impactam a formação acadêmica e cidadã dos estudantes sul-mato-grossenses?

A pesquisa analisa políticas públicas educacionais e seus efeitos na formação de sujeitos críticos e engajados, aptos a atuar globalmente sem perder de vista o contexto local. Adota abordagem qualitativa, com análise bibliográfica fundamentada em autores que discutem políticas educacionais e os impactos do neoliberalismo nas universidades.

O artigo aborda a evolução histórica da internacionalização, as políticas brasileiras e seus reflexos regionais, os impactos na formação estudantil e, por fim, os desafios e perspectivas do processo no estado e no país.

2. Referencial Teórico e Histórico

A internacionalização da educação superior está inserida em um contexto de transformações políticas, econômicas e sociais que influenciaram as políticas educacionais ao longo da história. Sua evolução pode ser compreendida em três períodos: o liberalismo e o Estado mínimo, o Welfare State e a expansão da educação pública, e o advento do neoliberalismo. Esses períodos moldaram a relação entre Estado e educação, afetando a regulação das universidades e intensificando a financeirização do ensino superior — aspectos centrais para compreender os desafios da internacionalização no Brasil.

No liberalismo dos séculos XVIII e XIX, prevaleceu a mínima intervenção estatal, com a educação tratada como bem de consumo restrito às elites, conforme Castel (2003), perpetuando a exclusão da maioria da população do ensino formal. Já com o Welfare State

no século XX, a educação foi reconhecida como direito social, promovendo a expansão do ensino público. Draibe (1993) destaca que políticas públicas buscaram democratizar o acesso e reduzir desigualdades, refletindo-se no Brasil na criação e ampliação de universidades públicas e programas de financiamento estudantil.

A partir das décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo transformou a educação em mercadoria, segundo Harvey (2011), impulsionando a privatização e a redução do financiamento estatal. No Brasil, esse modelo levou à expansão do setor privado e à busca por recursos externos nas universidades públicas, intensificando a internacionalização como estratégia de sobrevivência institucional, mas aprofundando desigualdades.

A regulação do ensino superior passou a incorporar exigências de eficiência, produtividade e avaliação baseada em critérios mercadológicos. Höfling (2001) observa que, embora tenha havido maior autonomia administrativa, também cresceu a dependência de financiamento externo, afetando a equidade e a qualidade do ensino público.

Nesse cenário, a financeirização da educação, como analisa Brettas (2017), impõe às universidades a necessidade de captar investimentos externos, moldando suas práticas de ensino e pesquisa segundo lógicas de mercado. Essa dependência compromete a missão social das universidades públicas e reforça exclusões, especialmente em contextos de austeridade fiscal.

Comparativamente, países como Alemanha e França garantem forte financiamento estatal à educação superior, enquanto modelos como os dos EUA e Reino Unido priorizam o financiamento privado, acentuando desigualdades. No Brasil, a convivência desses modelos gera tensões na formulação de políticas de internacionalização.

A internacionalização, contudo, deve ir além da cooperação acadêmica, articulando-se à formação de cidadãos globais, conforme a UNESCO (2015). Esse conceito exige currículos que promovam diversidade cultural, sustentabilidade e justiça social. No Brasil, essa proposta enfrenta entraves como desigualdades educacionais, barreiras linguísticas e concentração de oportunidades em instituições mais prestigiadas.

Assim, compreender a internacionalização da educação superior requer analisar historicamente as políticas públicas, a atuação do Estado e os desafios da cidadania global, especialmente em realidades como a de Mato Grosso do Sul. É essencial formular políticas que articulem internacionalização, inclusão e excelência acadêmica.

3. Metodologia

A pesquisa fundamenta-se em uma análise documental, utilizando fontes acadêmicas que discutem políticas educacionais e sociais no contexto da internacionalização da educação superior, especialmente no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Foram examinadas artigos científicos, livros teóricos, dados estatísticos e documentos de organizações internacionais, os quais oferecem embasamento teórico e histórico para a compreensão da temática.

Entre os referenciais teóricos clássicos analisados, destacam-se Draibe (1993), que examina as políticas sociais e os impactos do neoliberalismo na educação superior brasileira, Castel (2003), que discute a evolução da questão social e sua relação com a estruturação das políticas educacionais, Harvey (2011), que explora o impacto da financeirização e da liberalização do mercado na educação, e Mészáros (2004), que oferece uma visão crítica sobre os desafios da educação sob a influência neoliberal. Além disso, a pesquisa considerou estudos sobre a regulação do ensino superior no Brasil, como os de Hölfling (2001), que analisa a autonomia universitária e suas contradições, e Oliveira (2015), que discute a Nova Gestão Pública e suas implicações para as universidades. Brettas (2017) também é uma fonte essencial, pois examina a financeirização das políticas sociais e sua influência na internacionalização da educação superior. Pereira (2011) complementa essa discussão ao abordar os desafios das políticas sociais e sua relação com o papel do Estado na educação superior.

A pesquisa também se fundamenta em documentos institucionais e diretrizes internacionais, com destaque para o relatório da UNESCO (2015), que apresenta diretrizes sobre a formação de cidadãos globais e a necessidade de inclusão e equidade nas políticas de internacionalização, além do guia da OXFAM (2015), que aborda a Educação para a Cidadania Global e a importância do ensino superior na preparação dos estudantes para desafios globais. No contexto da internacionalização no Brasil, foram analisadas as contribuições de Knight (2005), que discute estratégias e desafios da internacionalização da educação superior, e Morosini (2006), que apresenta um panorama das políticas educacionais brasileiras voltadas para esse processo.

A análise das políticas de mobilidade acadêmica e cooperação internacional foi embasada em estudos como os de Trow (2005), que examina a transição do ensino superior para o modelo de acesso universal e suas implicações para a internacionalização, e Santos (2004), que questiona o atual modelo de internacionalização das universidades e propõe uma reforma democrática para torná-lo mais inclusivo. Todos esses documentos foram

selecionados com base na sua relevância acadêmica, atualidade e impacto na formulação das políticas públicas educacionais.

A abordagem metodológica do estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa de análise documental, que visa compreender a internacionalização da educação superior por meio da revisão crítica dos documentos mencionados. Essa metodologia é apropriada porque permite um aprofundamento na literatura acadêmica sem a necessidade de coleta de dados primários. O estudo dialoga diretamente com as transformações históricas da política educacional no Brasil e no mundo, relacionando teoria e prática para contextualizar a internacionalização dentro das dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. A seleção dos documentos seguiu critérios de relevância e credibilidade, incluindo fontes de organizações internacionais e de pesquisadores renomados na área.

Além disso, a pesquisa estabelece uma estrutura analítica baseada na evolução das políticas educacionais, desde o liberalismo e o Estado mínimo até o advento do neoliberalismo e suas implicações para a internacionalização da educação superior. Isso garante uma abordagem crítica e comparativa, contrastando o modelo brasileiro com experiências internacionais, como as políticas educacionais na União Europeia e nos Estados Unidos. Dessa forma, a metodologia adotada assegura a consistência científica do estudo, alinhando as fontes teóricas ao objeto de pesquisa e garantindo que a estrutura do artigo corresponda à abordagem pretendida. Assim, a investigação não apenas discute a internacionalização da educação superior, mas também a relaciona criticamente às políticas sociais, econômicas e educacionais que moldam esse processo no Brasil e no mundo.

4. Discussão

A internacionalização da educação superior no Brasil, e especificamente em Mato Grosso do Sul, reflete uma série de dinâmicas políticas, econômicas e sociais influenciadas pelo neoliberalismo. Esta seção analisa os impactos do neoliberalismo na educação superior, examina as políticas públicas voltadas para a internacionalização no estado e discute as contradições e comparações entre o contexto brasileiro e as experiências internacionais, com uma fundamentação teórica aprofundada.

O avanço das políticas neoliberais na educação superior brasileira tem promovido transformações significativas, com destaque para a financeirização das políticas sociais e a adoção da Nova Gestão Pública.

A financeirização das políticas sociais, conforme Brettas (2017), evidencia um modelo de governança que transfere a responsabilidade da oferta educacional para a lógica

do mercado, promovendo a alocação de recursos públicos para atender aos interesses do capital privado. Segundo Brettas as políticas sociais passaram a ser incorporadas pela lógica do capital financeiro, transformando-se em mais uma via de rentabilidade e subordinando-se aos interesses da acumulação. Essa dinâmica impõe uma reestruturação das políticas públicas, priorizando a eficiência econômica em detrimento da universalização dos direitos sociais (BRETTAS, 2017). Esse fenômeno impacta diretamente a internacionalização da educação superior, pois incentiva parcerias internacionais baseadas em critérios econômicos e de rentabilidade, em detrimento da cooperação acadêmica e da ampliação do direito à educação.

Além disso, esse processo intensifica a precarização do ensino, reduzindo investimentos públicos em prol de incentivos a instituições privadas, o que afeta diretamente universidades públicas de Mato Grosso do Sul, que dependem de recursos estatais para viabilizar programas de internacionalização. Brettas (2017) argumenta que a lógica da financeirização impõe uma nova configuração à política educacional, onde a eficiência e o retorno financeiro passam a ser os principais critérios de decisão. Essa mudança não apenas redefine o acesso às oportunidades de mobilidade acadêmica, como também limita a democratização do ensino superior ao restringir a participação de estudantes de baixa renda nesses processos.

Além disso, a Nova Gestão Pública (OLIVEIRA, 2015) tem reformulado a governança universitária ao introduzir modelos de gestão baseados na eficiência e no cumprimento de metas de desempenho, impactando a lógica educacional e acadêmica. Oliveira (2015) destaca que o modelo de gestão pública adotado no Brasil incorporou princípios do gerencialismo empresarial, o que implicou na adoção de mecanismos de regulação baseados na mensuração de resultados e na racionalização dos gastos educacionais. Essa mudança reduz a autonomia universitária e reforça a mercantilização da educação, priorizando indicadores quantitativos em detrimento da qualidade do ensino e da pesquisa.

"...pode ser observada em políticas e práticas que se mantêm do nível mais central até o nível local, como a adesão explícita de muitos diretores escolares aos programas de classificação por rendimento. Em recente pesquisa realizada com diretores de escolas públicas de cinco estados do país se constata a forte preocupação dos mesmos em orientar sua gestão para o cumprimento das metas de eficiência definidas com base no Ideb." (OLIVEIRA, 2015, p. 635).

A dependência de parcerias externas para manter a competitividade internacional das universidades em Mato Grosso do Sul intensifica sua vulnerabilidade financeira e dificulta

a equidade no acesso a programas internacionais. Oliveira (2015) destaca que a Nova Gestão Pública subordinou a oferta educacional à lógica da eficiência econômica, limitando o alcance das políticas de inclusão e ampliando barreiras para estudantes de baixa renda.

A internacionalização no estado ocorre por meio de mobilidade acadêmica, parcerias institucionais e cooperação científica, mas enfrenta desafios como desigualdade no acesso, infraestrutura precária e instabilidade de financiamento público. Programas como o *Ciência sem Fronteiras* favoreceram estudantes com maior capital cultural e econômico, restringindo o acesso dos menos favorecidos devido a barreiras linguísticas e financeiras. Segundo a UNESCO (2015), a aprendizagem global deve ser acessível a todos, mas a ausência de políticas locais robustas e a escassez de bolsas limitam significativamente a participação de estudantes de baixa renda em Mato Grosso do Sul. Araújo (2011) enfatiza que o desmonte do Estado na educação transfere responsabilidades ao setor privado, dificultando a universalização do direito ao ensino e reforçando desigualdades estruturais.

As parcerias internacionais concentram-se majoritariamente em instituições da América do Norte e Europa, enquanto cooperações com o Sul Global permanecem limitadas. Isso reflete a posição periférica do Brasil e a influência de uma lógica eurocêntrica na formulação das políticas educacionais. A UNESCO (2015) defende que a internacionalização deve promover equidade entre as regiões, mas a predominância de acordos com países desenvolvidos perpetua a hierarquização do conhecimento. Universidades de Mato Grosso do Sul, como UFMS e UEMS, encontram dificuldades para estabelecer parcerias com instituições asiáticas e africanas, limitando a diversificação cultural e acadêmica. Draibe (1993) aponta que as políticas educacionais no Brasil historicamente reproduzem modelos externos, reforçando a dependência de instituições do Norte Global e restringindo a autonomia acadêmica local. Para mitigar essa assimetria, é necessário expandir colaborações para além do eixo euro-americano e democratizar a produção de conhecimento.

O impacto da internacionalização na formação dos estudantes se reflete no desenvolvimento de competências globais, como fluência em idiomas e adaptação a contextos acadêmicos diversos. A UNESCO (2015) defende que a educação para a cidadania global deve formar indivíduos críticos e colaborativos, mas a baixa recepção de estudantes estrangeiros em Mato Grosso do Sul compromete a troca de experiências e o aprendizado multicultural. Além disso, a falta de incentivos à participação docente em programas internacionais reduz o estabelecimento de redes acadêmicas duradouras. Castel (2003)

ressalta que a exclusão de grupos sociais da educação internacional aprofunda desigualdades e restringe a mobilidade acadêmica e social. Em universidades públicas do estado, a escassez de recursos inviabiliza a ampliação de intercâmbios docentes e limita inovações pedagógicas, reforçando barreiras ao desenvolvimento de uma internacionalização mais equitativa e inclusiva.

A internacionalização da educação superior no Brasil apresenta contradições em comparação a modelos internacionais. Enquanto países da União Europeia garantem políticas estáveis e financiamento contínuo, no Brasil, essas iniciativas são fragmentadas e dependentes de ciclos políticos, comprometendo sua continuidade. A UNESCO (2015) enfatiza que a internacionalização deve ser integrada às políticas educacionais de forma sustentável e equitativa, mas a instabilidade governamental impede a criação de estratégias de longo prazo, agravando desigualdades regionais, especialmente em estados periféricos como Mato Grosso do Sul. Pereira (2011) ressalta que políticas educacionais frágeis e submetidas a interesses políticos instáveis dificultam a manutenção e ampliação da cooperação acadêmica, prejudicando instituições de menor porte e recursos.

Outro ponto crítico é a exclusão social nos programas de mobilidade. Embora a expansão do ensino superior tenha aumentado o acesso, a internacionalização segue restrita às elites acadêmicas. Em países como Canadá e Alemanha, políticas garantem suporte financeiro para estudantes de baixa renda, tornando a mobilidade mais acessível. No Brasil, a falta de subsídios específicos perpetua barreiras socioeconômicas, restringindo a participação de estudantes menos favorecidos. A UNESCO (2015) destaca que a equidade na internacionalização exige políticas estruturadas de inclusão, mas a ausência de um suporte financeiro efetivo reforça desigualdades educacionais. Behring (2007) argumenta que o neoliberalismo trata a educação como mercadoria, ampliando a precarização do ensino e restringindo oportunidades aos que podem pagar, o que torna a mobilidade acadêmica um privilégio para poucos.

Além disso, a internacionalização muitas vezes beneficia instituições estrangeiras, preparando recursos humanos para demandas do mercado global em detrimento da valorização do ensino nacional. Brettas (2017) aponta que o neoliberalismo aprofunda relações de dependência, subordinando o desenvolvimento educacional local aos interesses do capital global e comprometendo a autonomia científica. No caso de Mato Grosso do Sul, essa lógica é ainda mais prejudicial, dificultando a captação de investimentos e a consolidação de projetos autônomos. Harvey (2011) ressalta que a financeirização global

direciona recursos para economias centrais, marginalizando instituições periféricas e limitando a expansão das redes acadêmicas em estados como Mato Grosso do Sul. Assim, sem políticas de internacionalização que priorizem a autonomia das universidades locais, o Brasil permanece em posição subordinada no cenário educacional global.

“Esses bancos sempre tinham sido ativos no plano internacional, mas depois de 1973 isso se acentuou, ainda que se concentrasse no fornecimento de recursos financeiros a governos estrangeiros. Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar ativamente essa estratégia no nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York.” (HARVEY, 2011, p. 37).

Nesse sentido, a internacionalização da educação superior em Mato Grosso do Sul reflete tanto avanços quanto desafios. Para que essa estratégia seja eficaz, é necessário um compromisso político com a construção de políticas públicas estáveis, inclusivas e alinhadas às necessidades locais, garantindo que a internacionalização beneficie um número maior de estudantes e não apenas as elites acadêmicas. Santos (2012) destaca que as políticas educacionais devem incorporar um compromisso concreto com a equidade, assegurando que as populações historicamente marginalizadas tenham acesso às oportunidades de internacionalização em condições igualitárias. Assim, a implementação de programas de suporte financeiro, o fortalecimento das parcerias com países do Sul Global e a maior integração das universidades locais a redes internacionais são fundamentais para transformar a internacionalização em um instrumento de inclusão social e desenvolvimento acadêmico sustentável.

A internacionalização da educação superior no Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul, reflete um processo fragmentado e subordinado a diretrizes governamentais instáveis e ao financiamento externo. Embora esteja prevista em políticas educacionais, sua implementação ocorre de maneira desigual, evidenciando as contradições do modelo neoliberal que orienta a educação superior brasileira. A crescente financeirização do ensino e a busca por competitividade global subordinam as universidades a lógicas de mercado, nas quais parcerias internacionais são estabelecidas de forma assimétrica, favorecendo instituições e países com maior capacidade econômica e acadêmica (BRETTAS, 2017).

A regulamentação da internacionalização ocorre por normativas como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece diretrizes sem, contudo, garantir mecanismos eficazes para ampliar a equidade no acesso às oportunidades internacionais.

Como aponta Morosini (2006), a falta de articulação estratégica leva à predominância de iniciativas isoladas, favorecendo instituições que dispõem de maior captação de recursos e intensificando desigualdades regionais. Essa lógica reflete as premissas da Nova Gestão Pública, que impõe às universidades a lógica da eficiência e do desempenho produtivo em detrimento da ampliação do direito à educação (OLIVEIRA, 2015).

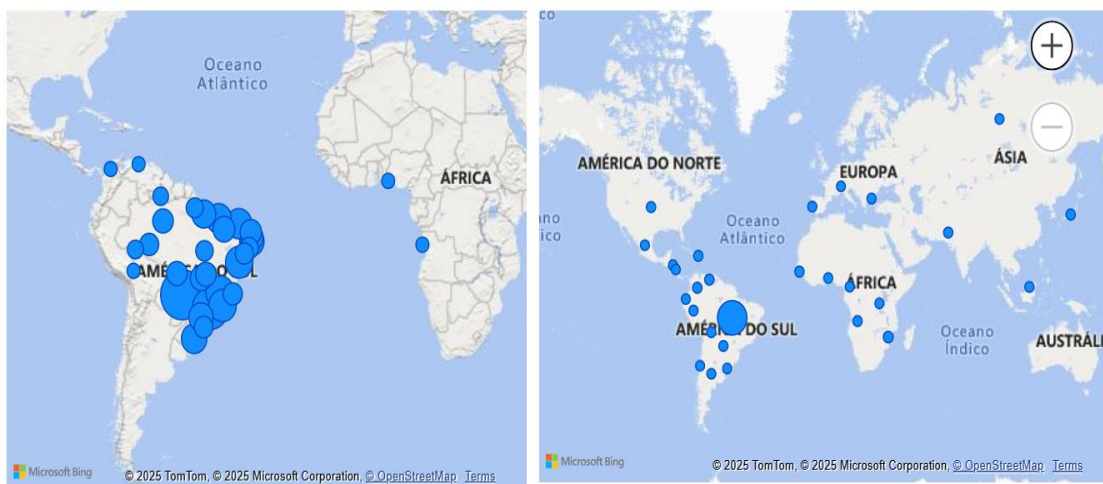
O modelo de cooperação acadêmica brasileiro é fortemente influenciado por organismos internacionais e pelo Norte Global, que ditam as diretrizes da mobilidade acadêmica, reforçando relações desiguais. Knight (2005) argumenta que a internacionalização deveria estar integrada às necessidades locais, mas, na prática, submete instituições de países periféricos a interesses externos, promovendo assimetrias institucionais. Essa realidade é especialmente sentida por universidades públicas em estados periféricos, como Mato Grosso do Sul, que enfrentam dificuldades para estabelecer parcerias sem estar subordinadas a demandas mercadológicas.

Os impactos sociais e educacionais dessa política de internacionalização ainda carecem de análises mais detalhadas, especialmente sobre sua efetividade na democratização do ensino. Dados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), disponíveis no portal *Números UFMS*, indicam que 99,21% dos estudantes da pós-graduação são brasileiros, enquanto apenas 0,79% são estrangeiros, evidenciando a baixa inserção internacional e a necessidade de políticas mais eficazes para ampliar a mobilidade acadêmica.

Figura 1 – Nacionalidade de alunos/países e estado de origem

Nacionalidade	Alunos
Brasil	11232
Moçambique	25
Colômbia	7
Guiné-Bissau	6
Japão	6
Venezuela	5
Angola	4
Estados Unidos da América	4
Haiti	4
Paquistão	3
Bolívia	2
Brunei	2
Bulgária	2
Honduras	2
Paraguai	2
Peru	2
Portugal	2
Argentina	1
Burundi	1
Camarões	1
Chile	1
Equador	1
México	1
Nicarágua	1
Rússia	1
Suíça	1
Togo	1
Uruguai	1

País e Estado de Origem



Fonte: <https://numeros.ufms.br/pos-graduacao-alunos>, acessado em 05/03/2025.

A participação de estudantes internacionais na pós-graduação da UFMS é reduzida e fortemente regionalizada. A maioria dos alunos estrangeiros vem da América Latina, refletindo proximidade geográfica, afinidade linguística e acordos bilaterais entre governos. A baixa presença de estudantes de outros continentes reforça os desafios da universidade em atrair um público mais diversificado. Esse cenário evidencia o papel da UFMS na formação de profissionais locais, mas também aponta para a necessidade de ampliar sua inserção no cenário nacional e internacional.

Além disso, a internacionalização da educação superior no Brasil ainda enfrenta barreiras estruturais e financeiras, reproduzindo desigualdades dentro das próprias universidades. Como argumenta Santos (2012), a democratização universitária no século XXI deve assegurar que a mobilidade internacional não seja um privilégio restrito à elite acadêmica. No entanto, os programas vigentes favorecem estudantes de maior poder aquisitivo, que dispõem de melhores condições para arcar com custos adicionais e já possuem domínio de idiomas estrangeiros, dificultando o acesso de alunos de baixa renda a essas oportunidades.

A formação docente também enfrenta desafios nesse contexto. Embora haja incentivos para a publicação em periódicos internacionais e parcerias científicas, universidades periféricas como as de Mato Grosso do Sul ainda lutam para construir redes acadêmicas sólidas. Como observa Draibe (1993), a dependência acadêmica dos países periféricos é mantida quando as relações internacionais são pautadas por critérios de subordinação científica, transformando as universidades locais em reprodutoras de conhecimento externo, sem autonomia para a produção acadêmica própria. Assim, sem

políticas estruturadas para fortalecer a independência universitária, a internacionalização corre o risco de perpetuar a colonialidade do saber, em vez de promover uma integração acadêmica mais equitativa.

Os dados da nacionalidade dos docentes da UFMS, segundo o portal *Números UFMS*, reforçam essa análise. O corpo docente é amplamente dominado por brasileiros (1550), evidenciando a baixa inserção internacional. A presença estrangeira, ainda que existente, é majoritariamente composta por docentes da América Latina, como Peru (5), Colômbia (2) e Paraguai (2), o que indica uma internacionalização regionalizada. A participação de docentes europeus e africanos, como Portugal (5), África do Sul (4) e Moçambique (2), é ainda mais reduzida, sugerindo que a mobilidade acadêmica ocorre de forma limitada e concentrada em países com relações históricas com o Brasil.

Figura 2 – Nacionalidade de docentes

Nacionalidade	Docentes
Brasil	1550
Peru	5
Portugal	5
África Do Sul	4
República Centro Africana	3
Colômbia	2
Cuba	2
Moçambique	2
Paraguai	2
Venezuela	2
Argentina	1
Bolívia	1
Chile	1
Congo	1
El Salvador	1
França	1
Hungria	1
Irlanda	1
Itália	1
Uruguai	1

Fonte: <https://numeros.ufms.br/pos-graduacao-alunos>, acessado em 05/03/2025.

A escassez de docentes oriundos de países anglófonos e de centros acadêmicos consolidados aponta para entraves burocráticos e financeiros na contratação de profissionais internacionais. Como argumentam Behring e Boschetti (2007), as políticas sociais sob o neoliberalismo são orientadas pela racionalidade econômica, limitando investimentos em áreas consideradas pouco rentáveis, como a ampliação do corpo docente internacional. Assim, a UFMS enfrenta dificuldades para atrair talentos estrangeiros, enquanto universidades de outros países adotam políticas mais abertas à internacionalização.

Para superar essas limitações, é essencial a criação de um Plano Nacional de Internacionalização, com diretrizes claras e financiamento público que assegurem equidade na mobilidade acadêmica. Além disso, o fortalecimento de parcerias com países do Sul

Global pode reduzir a dependência de cooperações assimétricas com nações desenvolvidas, promovendo redes acadêmicas mais diversas e colaborativas. Outro ponto crucial é a ampliação de bolsas de estudo e suporte financeiro para estudantes de baixa renda, garantindo que a internacionalização não reforce desigualdades preexistentes.

Também é necessário investir na capacitação docente e na estruturação de redes acadêmicas locais, permitindo a produção de conhecimento endógeno e o fortalecimento da autonomia universitária. Conforme apontam Mészáros (2004) e Harvey (2011), o avanço da financeirização do ensino superior impõe desafios à produção científica crítica e autônoma, pois transforma as universidades em agentes do mercado global. Superar essa lógica exige políticas que priorizem a educação como um direito, e não como mercadoria.

Portanto, para que a internacionalização da educação superior em Mato Grosso do Sul cumpra seu potencial transformador, é fundamental romper com a lógica excludente e dependente que caracteriza muitas dessas políticas. O aprimoramento da regulação e implementação da internacionalização deve garantir um acesso mais democrático, um impacto social mais significativo e a valorização da produção acadêmica nacional. Somente assim a internacionalização poderá ser um instrumento real de desenvolvimento científico e social, e não apenas uma estratégia de adaptação à lógica do mercado.

5. Conclusão

Este estudo analisou o impacto das políticas de internacionalização na educação superior em Mato Grosso do Sul, revelando uma realidade marcada por contradições. Impulsionada por um contexto neoliberal, a internacionalização tem sido condicionada à financeirização e à busca por parcerias internacionais, frequentemente com países centrais, o que aprofunda a dependência acadêmica e econômica das instituições e acentua desigualdades estruturais no ensino superior brasileiro. Destacam-se como desafios a limitação da autonomia acadêmica das universidades públicas e a adoção de modelos de gestão voltados à eficiência e ao mercado, que dificultam a democratização do acesso aos programas de mobilidade e cooperação internacional, especialmente para estudantes das camadas populares. A concentração de parcerias com o Norte Global reforça assimetrias no intercâmbio de saberes, dificultando a diversificação das experiências acadêmicas.

Por outro lado, o fortalecimento de parcerias com países do Sul Global, políticas públicas inclusivas e programas de suporte financeiro são caminhos viáveis para uma internacionalização mais equitativa. Iniciativas institucionais que incentivem a recepção de estudantes estrangeiros e fomentem redes acadêmicas diversas também podem ampliar os

impactos positivos do processo. No que se refere à formação acadêmica e cidadã, a internacionalização contribui para o desenvolvimento de competências globais e a inserção em redes internacionais, mas sua função social é comprometida pela exclusão de grupos marginalizados. Assim, a internacionalização impacta de forma ambivalente a formação dos estudantes sul-mato-grossenses: promove qualificação, mas também reflete e reforça desigualdades.

Para cumprir seu potencial transformador, é essencial ampliar o acesso equitativo às oportunidades internacionais e avaliar seus efeitos concretos na trajetória dos estudantes, em especial os de baixa renda. O desenvolvimento de políticas que promovam a internacionalização sem reforçar desigualdades deve ser prioridade no fortalecimento da educação superior no Brasil.

6. Referências

ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil:**

"o problema maior é o de estudar". Educação e Revista, Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000100018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04/03/2025.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <URL do documento>. Acesso em: 06/03/2025.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Temporalis, Brasília, v. 17, p. 53-76, 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. **As políticas sociais e o neoliberalismo: dossiê liberalismo/neoliberalismo**. Revista USP, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

- HÖLFING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos CEDES, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: desafios e estratégias**. São Paulo: Editora Oikos, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Internacionalização da educação superior: reflexões políticas, pedagógicas e curriculares**. Brasília: INEP, 2006.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul.-set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00625.pdf>. Acesso em: 04/03/2025.
- OXFAM. **Educação para a Cidadania Global: Um Guia para as Escolas**. Oxford: Oxfam, 2015.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.
- TORRES, Carlos Alberto. **Educação para a Cidadania Global: uma estrutura alternativa para um futuro incerto**. Política e Prática: Uma Revisão da Educação para o Desenvolvimento, n. 24, p. 41-62, 2017.
- TROW, Martin. **Reflexões sobre a transição da elite para a massa e para o acesso universal: formas e fases do ensino superior nas sociedades modernas desde a Segunda Guerra Mundial**. In: ALTBACH, Philip; GUMPORT, Patricia; JOHN, Robert (Eds.). Ensino superior americano no século 21: desafios sociais, políticos e econômicos. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005. p. 243-280.
- UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: UNESCO, 2015. Tradução de Rita Brossard. ISBN 978-85-7652-200-3.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Números UFMS**. Disponível em: <https://numeros.ufms.br/sobre>. Acesso em: 05/03/2025.